

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA**

CRISTINA MONTEIRO DA SILVA OLIVEIRA

**A PEDAGOGIA NO PROGRAMA FLORESCER: INTEGRAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**MARINGÁ
2016**

CRISTINA MONTEIRO DA SILVA OLIVEIRA

**A PEDAGOGIA NO PROGRAMA FLORESCER: INTEGRAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
aprovação do curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá.

Orientação: Prof^a.Dr^a. Ercília Maria Angeli
Teixeira de Paula

**MARINGÁ
2016**

AGRADECIMENTOS

A minha família que esteve presente comigo nos momentos mais difíceis e que me ajudaram a prosseguir quando, por muitas vezes, pensei em desistir. Que estiveram comigo nos momentos difíceis e nas atribulações no decorrer deste trabalho.

Muito obrigada em especial à minha filha querida, Lanna, por ter compreendido ao longo período ao qual muitas vezes não consegui lhe dar atenção por conta dos estudos.

Agradeço a minha orientadora, não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade e paciência nos momentos em que pensei em desistir me fazendo persistir nesse percurso para a realização desse trabalho.

Aos meus amigos pela paciência e por todo incentivo.

Aos meus professores que fizeram parte desta etapa tão importante da minha vida.

Aos amigos de sala que suportaram meus momentos de angústia e nervosismo. Encontrei neles a força e o entusiasmo para prosseguir.

A todos o meu muito obrigada.

A PEDAGOGIA NO PROGRAMA FLORESCER: INTEGRAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Cristina Monteiro da Silva¹
Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o Manual Pedagógico do Programa Florescer que é financiado pela empresa G10 na cidade de Maringá no Paraná. O programa é composto por uma equipe de profissionais da Educação e da Cultura que buscam oferecer às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social uma oportunidade de inclusão na sociedade e lhes ofertem conhecimento, educação e cultura. Neste sentido, no texto será descrito o que é Educação Não Formal, Pedagogia Social, Educação Social e as suas inserções neste programa. Além disso, será analisado quem é o Educador Social em Organizações Não Governamentais-ONGs, o papel e os desafios encontrados na profissão e qual o trabalho destes profissionais no Programa Florescer. Também será descrito o engajamento desses educadores na busca da Educação fora do espaço escolar. E por fim, será relatado como são elaborados os planejamentos e suas aplicações por meio de análise dos documentos desta -ONG. A metodologia desta pesquisa foi a análise de documentos da ONG, juntamente com um levantamento bibliográfico no que se refere à Pedagogia Social e Educação Social. Pretende-se com essa pesquisa compreender o trabalho dos educadores sociais fora do espaço escolar e como suas abordagens contribuem na interação dos alunos e se os objetivos são alcançados. Concluímos que é preciso que o professor da atualidade tenha uma formação baseada nos princípios de solidariedade nas questões políticas, para assim, utilizar esse aspecto em sua prática, além disso, a Educação Social, em destaque o Programa Florescer, tem obtido bons resultados, ao passo que atende crianças vulneráveis, enaltecendo as qualidades das mesmas, de modo a contribuir para sua formação.

Palavras-chave: Programa Florescer Maringá. Formação do Professor. Educador Social

ABSTRACT: This article goals to analyze the Pedagogical Manual of the Florescer Program, which is financed by the company G10 in the city of Maringá, Paraná. The program is composed of a team of professionals from Education and Culture in the quest to offer children and adolescents in situations of social vulnerability an opportunity for inclusion in society, offering them knowledge, education and culture. In this sense, the text will describe what is Education. Non Formal, Social Pedagogy, Social Education and its insertions in this program. Furthermore, it will be analyzed who is the Social Educator in Non-Governmental Organizations - NGOs, their formation, the role and the challenges found in the profession and what the work of these professionals in the Florescer Program. It will also be described the engagement of these educators in the pursuit of Education outside the school space. Finally, it will be reported how the plans and their applications are elaborated,

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP) – Universidade Estadual de Maringá (UEM).

through analysis of the documents of this NGO. The methodology of this research was the analysis of NGO documents, together with a bibliographical survey regarding Social Pedagogy and Social Education. The goal of this research is to understand the work of social educators outside the school space and how their approaches contribute to the interaction of the students and if the objectives are achieved. We conclude that it is necessary that the teacher of the present day has a formation based on the principles of solidarity, in order to use this aspect in his practice. Furthermore, Social Education, in particular the Florescer Program, has obtained good results, while attends vulnerable children, praising the qualities of the same, in order to contribute to their formation.

Keywords: Florescer Program Maringá. Teacher Training. Social Educator.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o Brasil tem discutido com maior intensidade os aspectos ligados a educação fora do contexto escolar e em diferentes contextos. Essas discussões têm apontado para a necessidade de entender, antes de tudo, o que é Educação. Nesse sentido, iniciamos esse trabalho com o primeiro artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº. 9.394/96 (BRASIL, 1996, p. 01) que enfatiza que “[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”

O entendimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº. 9.394/96 (BRASIL, 1996) pode auxiliar na discussão que versa a respeito dos aspectos que envolvem a Educação em diferentes ambientes, além da compreensão das diferentes áreas que tratam deste assunto: Educação Não Formal, Pedagogia Social e da Educação Social. Os conceitos dessas áreas serão discutidos no decorrer desse trabalho. Para os alunos de cursos de licenciaturas, os questionamentos são bastante frequentes sobre qual contexto educativo que eles poderão atuar, as metodologias de ensino, bem como se organizam as práticas educativas em diferentes contextos. Esses questionamentos surgem principalmente quando se aproxima o término do curso de formação inicial.

No momento que se antecede a formatura os acadêmicos se deparam com outros pensamentos e reflexões, como por exemplo: O que faremos? Qual o rumo de nossas carreiras acadêmicas? Onde trabalharemos? Qual a área que mais nos identificamos?

No primeiro dia de aula no curso de Pedagogia é apresentada para os alunos a matriz curricular que está aberta com um leque de opções teóricas e metodológicas as quais os alunos podem escolher para os seus destinos profissionais. Dentre estas opções encontra-se a Educação Não Formal, a Pedagogia Social e Educação Social, que são campos teóricos que estão em construção no Brasil.

No curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá no ano de 2013, tivemos contato com a disciplina de “*Políticas Públicas e Gestão Educacional: Identidade do Pedagogo nos Espaços Escolares e não Escolares*”, ministrada pela Professora Doutora Aparecida Meire Calegari Falco. Essa disciplina é do primeiro ano do Curso de Pedagogia. Nela, houve a possibilidade de despertar um interesse na área para estudar as funções dos pedagogos em diferentes espaços educacionais.

Esse interesse também surgiu por acompanhar um pouco mais de perto o trabalho dos profissionais, mais especificamente, o trabalho dos educadores sociais que atuam com a minha filha que participa no Programa Social Florescer na cidade de Maringá/PR. Nesse programa, pode-se perceber o quanto é importante e humanizador esta co-participação entre o educador e o educando e a relação de ambos com o mundo. Essas ações os modificam na esperança de torná-los como pessoas ativas as quais buscam um lugar melhor para se viver e para que todos tenham os seus direitos assistidos.

Aprendemos no Curso de Pedagogia que, na maioria das vezes, a escola sozinha não é suficiente para suprir todas as necessidades na luta contra a desigualdade social. Ou seja, não se pode responsabilizar a escola por todos os problemas sociais e esperar que apenas ela forme o cidadão de maneira completa e o torne uma pessoa culta e comprometida com a mudança social.

A educação que ocorre na maioria das escolas formais, dependendo da maneira como é abordada, não faz a transformação social. Para modificar a desigualdade social e buscar uma qualidade na educação gratuita e de qualidade para todos é preciso engajamento, formação dos profissionais da educação, materiais adequados, espaço apropriado, etc. É preciso ainda, posicionamento político e reflexivo sobre o mundo.

A Pedagogia Social tem como um dos princípios fundamentais a Educação e o atendimento a pessoas em vulnerabilidade social, o trabalho com a educação em

contextos diversificados busca proporcionar diferentes atividades e descobrir as potências e possibilidades das pessoas para fazer com que elas superem as situações de opressão e desigualdade. O seu intuito é também trabalhar em conjunto com as escolas formais na busca da superação e engajamento social e cultural das crianças e adolescentes por meio de metodologias e ações específicas.

Esta pesquisa teve, portanto, como objetivo geral analisar o Manual Pedagógico do Programa Florescer que é financiado pela empresa G10 a cidade de Maringá no Paraná. É preciso considerar que o papel do educador é fundamental para a formação sócio-política das crianças e dos adolescentes em vulnerabilidade social no processo formativo, tanto no aprendizado, como na convivência em grupo para que eles se tornem livres para manifestar suas opiniões culturais e educacionais no mundo em que vivem.

Esta pesquisa foi de caráter qualitativo. Tendo como metodologia a revisão de literatura de artigos e livros sobre Educação Não Formal, Pedagogia Social e Educação Social. Também foi realizada a análise de documentos da instituição pesquisada.

Para tanto, no primeiro capítulo será estudado o que é Educação Não Formal, Pedagogia Social e Educação Social e como estas áreas surgiram no Brasil. Também será enfatizada a necessidade da formação do cidadão reflexivo e ativo na transformação da sociedade.

Já no segundo capítulo será apresentada uma análise de quem é o Educador Social, sua formação e como é executado este trabalho nas Organizações Não Governamentais (ONGs), em específico no Programa Florescer que acontece no município de Maringá/PR. Serão descritos como são elaborados os planejamentos dos educadores e suas aplicações na prática educativa. Também serão realizadas análises de documentos cedidos pela instituição florescer.

A seguir serão discutidas as diferentes concepções das áreas que atuam na educação em diferentes contextos.

1. EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Aprendemos ao longo do curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Maringá, entre os anos de 2013 a 2016, que a Educação Não Formal já existe há

muito tempo. Segundo Trilla (2008) a Educação Não Formal surgiu no final da década de 1990, período no qual surgiram as discussões pedagógicas que faziam críticas ao sistema formal de ensino. Esse período foi marcado pela introdução de perspectivas neoliberais no Brasil e propostas da privatização do ensino. As ONGs surgiram para atender as crianças e os adolescentes em vulnerabilidade social e para formar parcerias do sistema público com instituições privadas. Neste período, desqualificava-se a Educação pública e o Estado, como se esse último não fosse capaz de financiar uma Educação de qualidade.

Trilla (2008) fez uma análise sobre este momento histórico para explicar os motivos da economia interferir ou induzir a crise na Educação e por consequência desta, o aparecimento da Educação Não Formal, em contraponto com a Educação Formal, para que a primeira preenchesse as lacunas deixadas pelas instituições escolares.

Gohn (2006) descreve que a Educação Não Formal no Brasil surgiu historicamente com a Educação Popular e foi baseada nas propostas de Paulo Freire que trabalhava com os processos de alfabetização de adultos. Ele usava a experiência de vida do aluno para alfabetização e uma consciência crítica do meio ao qual estava inserido, além disso, a proposta freireana elencava como bastante importante o entendimento dos movimentos sociais e suas ações e influências nas políticas públicas e na defesa do direito à Educação.

Na concepção de Santos e Paula (2014, p. 41) quando analisaram a Educação Popular de Paulo Freire, as autoras reafirmam as ideias de Paulo Freire sobre Educação Popular quando descrevem que ela é “[...] uma educação problematizadora que converge com os desafios concretos no campo social hoje. O legado de Freire está intimamente articulado com os movimentos sociais, especialmente nos anos de 1960 e 1970”. Esse aspecto é fundamental quando o objetivo de uma atividade educacional está em superar as desigualdades, propondo um atendimento humanizado a todas as pessoas, independente de seus aspectos sociais.

Para enfatizar as ideias apresentadas sobre a Educação Não Formal, também julgamos interessante as contribuições de Garcia (2009, p. 124) quando a autora enfatiza que

É possível dizer que a educação não-formal no Brasil se expande, como campo teórico, no momento histórico de aumento significativo do número de ONGs, como delegação de demandas no âmbito das políticas sociais ao chamado terceiro setor. A partir da segunda metade da década de 1990, é possível observarmos o surgimento de um número considerável de instituições da sociedade civil assumindo ações na área educacional, especificamente no campo da educação não-formal.

Assim, o surgimento dessa área é bastante recente no Brasil, inclusive, a mesma autora expande suas ideias, afirmando que a utilização do termo Educação Não Formal para designar ações do campo educacional é recente. Começou a ser frequente no Brasil a partir da década de 1980. Nas palavras da autora: o termo “[...] inicia-se de uma forma muito sutil e discreta e, a partir de meados da década de 1990, já de uma maneira bastante intensa e com o apoio da política vigente, que desresponsabilizando o Estado pelo setor social” (GARCIA, 2009, p. 125). Se por um lado desresponsabiliza o Estado, por outro, “[...] responsabiliza a sociedade civil através de incentivo ao voluntariado e às organizações da sociedade, delegando para as classes média e alta a responsabilidade pelo chamado “setor social” (GARCIA, 2009, p. 125).

Nessa mesma linha de pensamento, de acordo com Trilla (2008) o que ocasionou o aparecimento da Educação Não Formal foram as mudanças na estrutura familiar burguesa, juntamente com as alterações nas relações ligadas ao trabalho. Sabe-se que o movimento da vinda dos homens do campo para as cidades e a busca de trabalho na vida urbana, alteraram o modo de vida da sociedade moderna e modificaram também a forma de organização na Educação. As mulheres começaram a trabalhar fora de casa e reivindicaram seus direitos por meio dos movimentos sociais na luta por creches e na busca de alternativas para os filhos maiores para o atendimento no período contrário a escola, como contra turno escolar e as ONGS, por exemplo.

Ainda na década de 1990, no Brasil foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) sob a Lei nº. 8.069/1990. A referida Lei em seu texto, apresenta que a criança e o adolescente devem ser tratados de forma diferenciada, levando em consideração suas especificidades que anteriormente não eram consideradas. Desta maneira, essa população começou a ser pensada como sujeitos de direitos e de necessidade de proteção integral. Nesse sentido, o cuidar, o educar e a socialização começaram a ser tratados como elementos importantes para

as crianças e os adolescentes, bem como a formação em ambientes propícios e com profissionais qualificados, não somente nos ambientes escolares, mas também fora da escola. A criança e o adolescente também começaram a ser tratados como pessoas com direito a vez e a voz. Importante salientar que a liberdade de se expressar como cidadão está prevista em Lei:

Art.15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (BRASIL, 1990, art. 15).

A partir do que está expresso no ECA, todos têm o direito de se expressar e receber o melhor possível no que se refere à Educação e a socialização digna e competente indiferente do local em que eles se encontram.

Outro fator importante que tem contribuído atualmente para a significação da Educação Não Formal, bem como o seu conhecimento, é o papel da mídia em discuti-la. De acordo com Garcia (2009, p. 128, grifos nossos),

A discussão sobre educação não-formal no Brasil na atualidade vem ocupando muitos e diferentes espaços: **mídia**, discussões acadêmicas, sociedade civil e propostas do poder público. A partir do momento em que vários setores elegem uma área como sendo importante para ser comentada, estudada, divulgada, esta começa a fazer parte do imaginário social de uma maneira diferente, acabando por ser colocada como ponto relevante de discussão nas pautas contemporâneas.

Inicia-se assim um modo de ver a Educação como um processo de formação cultural e social da criança e do adolescente em diferentes ambientes, além do escolar. Para isso, é preciso fazer com que existam múltiplos espaços para que existam interações sociais diversificadas e que não basta só atender as especificidades das pessoas, mas é preciso fazer com que elas compreendam que fazem parte do mundo que as rodeia. Para tanto, diferentes pesquisadores de várias áreas têm buscado discutir a Educação Não Formal, a Pedagogia Social e a Educação Social no Brasil e no mundo.

A Pedagogia Social está sendo introduzida como área do conhecimento e na formação docente no Brasil ainda de forma rudimentar, diferentemente de outros países o que nos leva a pensar que precisamos para ir além do propósito comum.

A Pedagogia Social no Brasil surgiu recentemente, e ainda vem sendo reformulada e adaptada segundo suas aplicabilidades nas diferentes regiões do país. A veracidade dessa discussão fica bastante evidente nos escritos de Paula e Machado (2009, p. 04) quando afirmam:

Nos cursos de Pedagogia e Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, a discussão sobre Pedagogia Social ainda é incipiente. As reflexões teóricas desta área durante muito tempo foram negligenciadas. Somente há poucas décadas atrás as universidades brasileiras começaram a se voltar para o estudo dos segmentos historicamente excluídos.

No entanto, mesmo com certo silenciamento de anos das discussões acerca da Pedagogia Social, muitas pesquisas vêm sendo feitas nas últimas décadas a respeito da Educação Não Formal, da Pedagogia Social³ e da Educação Social. É preciso destacar que, atualmente, os pesquisadores da Pedagogia Social e da Educação Social consideram o conceito de Educação Não Formal insuficiente para atender a amplitude da área pois, nas práticas educativas fora do contexto escolar também existem formalizações. Essas práticas não são espontaneístas. Elas são pensadas, discutidas e, muitas vezes, construídas com os próprios educandos, diferentemente de muitas escolas tradicionais. Entretanto, muitos educadores das escolas tradicionais desconsideram essas práticas como educativas.

O que é preciso considerar também é que nas pesquisas dessas áreas não existe a desvalorização da escola formal. O que se busca é uma complementação da Educação Formal e também práticas educativas diferenciadas, flexíveis e criativas para as pessoas em vulnerabilidade social. Para atender a esses objetivos, uma das ferramentas utilizadas são eventos organizados por pesquisadores e militantes em defesa dos direitos da Educação e dos direitos humanos.

³ Paula e Machado (2009) destacam, por exemplo, que em 2006 o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa cadastrou o Grupo de Estudos e Pesquisa em Pedagogia Social. Interessante salientar que Garcia (2009, p. 126) lembra que um marco considerável foi a institucionalização da disciplina de educação não-formal na Faculdade de Educação da Unicamp. Segundo a professora responsável pelo oferecimento do curso - Olga Rodrigues de Moraes von Simson, essa disciplina foi oferecida inicialmente no segundo semestre de 1989 como eletiva (optativa), e só depois passou a ser oferecida como obrigatória no currículo de Pedagogia. Até o ano de 2007, a disciplina compreende tanto os assuntos referentes à educação não-formal, como aqueles referentes à educação infantil não-escolar; a partir de 2008 esses dois conteúdos são abordados por disciplinas distintas. Ainda segundo a mesma professora, uma grande conquista foi a possibilidade de realização de estágio em espaços de educação não-formal, o que só foi possível a partir do momento em que a disciplina passou a ser obrigatória.

Nessa mesma linha de pensamento, Garcia (2009, p. 131, grifos nossos) enfatiza que

Mesmo considerando que existem lacunas a serem preenchidas na educação formal, achamos necessário destacar a importância de projetos de educação não formal que tenham propostas pedagógicas e políticas transformadoras, principalmente aqueles voltados para as classes populares, **destinados à reconstrução da autoestima e dedicados a diminuir a vulnerabilidade de um determinado grupo social**. Em geral, essas propostas se destacam por valorizar e reconhecer a história dos grupos com os quais atuam, dando relevância à origem social e histórica do grupo, juntando memória e cultura através de ações que permitam o reconhecimento e domínio do corpo, o desenvolvimento artístico, o autoconhecimento e a fruição das emoções através da arte.

Destacamos que a Educação é direito universal presente em vários documentos como, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas ONU, 1948). Além disso, essa premissa está expressa também na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 pelo artigo sexto. Nesta última constituição, no artigo 205, é possível encontrar que “[...] a Educação é direito de todos, dever da família e do Estado, com a ajuda e incentivo da sociedade pretendendo obter o desenvolvimento e a preparação do indivíduo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1988, art. 205, p.121).

Antes de situar a Pedagogia Social no Brasil, é necessário definir sua concepção, e, é válido citar que ainda existem divergências no que se refere ao conceito entre Educação Não Formal, Pedagogia Social e Educação Social na visão de alguns autores.

Em relação a Pedagogia Social nos atemos às ideias de Caliman (2010, p. 352) quando afirma que a Pedagogia Social é “[...] uma ciência normativa, descritiva, orientadora da prática pedagógica que presta apoio aos grupos ou indivíduos que necessitam de ajuda, através de metodologias socioeducativas, juntamente com suportes institucionais”.

No campo da Educação Não Formal e Educação Social, os pesquisadores entendem que essas áreas não devem ser normativas e descritivas, mas construídas em conjunto com as pessoas e as suas metodologias não são somente socioeducativas pois essas áreas abrangem vários contextos como hospitais,

assentamentos, clínicas psiquiátricas, ONGS, dentre outros que requerem outras metodologias.

Caliman (2010, p. 58-59) ainda defende que a Pedagogia Social está voltada para as classes populares e que se faz indispensável uma análise sobre as práticas realizadas neste campo. Na citação abaixo é possível analisar como essas áreas estão sendo descritas e suas diferenças:

[...] diz respeito à diferença entre Pedagogia Escolar e Pedagogia Social. A primeira tem toda uma história e amplamente desenvolvida pela didática, ciência ensinada nas universidades. A segunda é a Pedagogia Social que se desenvolve dentro de instituições não formais de educação. É uma disciplina mais recente que a anterior. Ela nasceu e se desenvolveu de modo particular no século XIX como resposta as exigências da educação de crianças e adolescentes (mas também de adultos) que vivem em condições de marginalidade, de pobreza, de dificuldades na área social. [...], mas não só: o objetivo da Pedagogia Social é o de agir sobre a prevenção e recuperação das deficiências de socialização, e de modo especial lá onde as pessoas são vítimas da insatisfação das necessidades fundamentais. Podemos re-afirmar, portanto que no Brasil atual a Pedagogia Social vive um grande momento de fertilidade. É um grande momento de criatividade pedagógica mais que de sistematização dos conteúdos e dos métodos. Em outras palavras, mais que pedagogistas, temos no Brasil educadores que colaboram com o nascimento e o desenvolvimento de um *know how* com identidade própria, rica de intuição pedagógica e de conteúdo. Ao mesmo tempo nos damos conta de que é chegado o momento no qual precisamos sistematizar toda essa gama de conhecimentos pedagógicos para compreender e interpretar a realidade e projetar intervenções educativas efetivas.

Nota-se, desta forma, que a Pedagogia Escolar é associada à descrição do ensino científico, voltado para o cognitivo, dentro das exigências do ambiente escolar; já a Pedagogia Social procura inserir o indivíduo na sociedade conforme suas necessidades, priorizando as ações de interação e afetividades entre o educador e o educando.

Fazer parte da sociedade, e se sentir parte dela é a essência do ser humano, e para tal acontecimento a ação educadora da Pedagogia Social precisa focar suas ações para que se aconteçam as mudanças das pessoas na compreensão do mundo que as cercam e com isso consigam se inteirar e se sentir parte integrante de fato. De acordo com Caliman (2010), a Pedagogia Social busca fazer com que os indivíduos provoquem em si mesmos as mudanças sociais, e não apenas participem delas.

Nesse sentido, a Pedagogia Social busca fazer com que as crianças e os adolescentes se sintam parte do mundo que os cerca. Ela busca o trabalho integral em todos os aspectos, tanto sociais como culturais para que os indivíduos não se sintam apenas um ser a mais entre as pessoas e possibilita a compreensão de que as pessoas são importantes nos processos de mudança e de evolução social.

Nas descrições de Caliman (2010, p. 59) é possível perceber que a Pedagogia Social não deve estar voltada somente para as pessoas de classes populares, mas para todas as pessoas em condição de vulnerabilidade social. Quando o autor descreve que “O objetivo da Pedagogia Social é o de agir sobre a prevenção e recuperação das deficiências de socialização”, ele chama a atenção que, muitas vezes, crianças e adolescentes de classes abastadas também podem sofrer dificuldades de socialização e que a Pedagogia Social pode contribuir nesse processo de problematização e de inclusão social dessas pessoas na sociedade.

Para dar encaminhamento a essa pesquisa, faz-se necessário também entendermos o conceito de Educação Social. Essa temática é bastante interessante ao passo que a Educação já é um ato social (RIBEIRO, 2006), assim é complexo analisar a adjetivação dessa concepção. No entanto, aqui, vamos dialogar com o conceito de Educação Social como “[...] indissociavelmente vinculado ao de exclusão” (RIBEIRO, 2006, p. 160). A autora destaca que

Poder-se-ia resumir essa relação afirmando que a educação social é uma necessidade que decorre da exclusão social de crianças e jovens das condições mínimas de sobrevivência, e, inversamente, que a educação social é potencializadora de alternativas a tais crianças e jovens excluídos socialmente (RIBEIRO, 2006, p. 169).

Nesse sentido, a Educação Social pode ser pensada como uma maneira de contribuir na formação de crianças, jovens e adultos excluídos social, cultural e economicamente, de modo que ela pode funcionar como uma alternativa na formação desses indivíduos.

Gadotti (2012) chama a atenção para o fato de que a Educação Social está bastante associada à diversidade. De acordo com o autor, “[...] Trata-se de uma rica diversidade que precisa ser compreendida, respeitada e valorizada” (GADOTTI, 2012, p. 02) e a Educação Social, nas últimas décadas, tem contribuído a fim de valorizar toda essa diversidade existente, sobretudo no Brasil.

Uma crítica interessante que Gadotti (2012) faz em relação aos aspectos da Educação Social é o fato dela atuar principalmente onde o Estado falha, ou seja, os lugares em que o Estado não dá conta de suprir as necessidades de formação, a Educação Social ganha um campo de atuação. Nas palavras do autor:

O fato de a educação social ter-se desenvolvido mais entre ONGs, OSCs e movimentos sociais e populares demonstra o fracasso do poder público em atender os setores mais empobrecidos. A sociedade civil precisa chegar, e chega mesmo, onde o estado normalmente não chega, sem desobrigar o Estado de sua responsabilidade para com a educação. Pelo contrário, Movimentos sociais e ONGs tem mobilizado a população para que ela exija o cumprimento do seu direito à educação. O próprio ressurgimento da educação social entre nós – Um fato altamente positivo – Mostra o quanto as políticas neoliberais ainda estão presentes no nosso *ethos* educacional (GADOTTI, 2012, p. 10).

Por mais que a Educação Social seja fundamental, é preciso lutar sempre para que o Estado faça a sua parte, de modo a atender com qualidade as crianças, jovens e adultos brasileiros.

Em relação ao educador social, Caliman (2010) apresenta diferentes funções, dentre as quais a relação direta com os sujeitos em vulnerabilidade social e tem como intuito desenvolver um cidadão crítico e construtivo em uma relação de carinho e afetividade nas quais se entrelaçam objetivos em comum no dia a dia e se trocam experiências emancipadoras.

Nesse sentido, conforme expõe Timóteo e Bertão (2012, p. 22):

A relação acontece num espaço intersubjetivo, de natureza afetiva co-contruída entre educador social e sujeitos da ação. Uma relação que se desenvolve essencialmente a partir dos afetos e que, por isso perpassa o registro consciente e inconsciente, que invoca momentos e heranças da história de vida do educador e do sujeito.

Dessa maneira, buscamos discutir os diferentes conceitos de Educação Não Formal, Pedagogia Social e Educação Social.

A seguir será apresentada a proposta pedagógica do Programa Florescer.

2. PROPOSTA PEDAGÓGICA DO PROGRAMA FLORESCER

De acordo com o Programa Florescer (s/d), o senhor Raul Anselmo Randon⁴ todos os dias ao ir para seu trabalho avistava crianças trabalhando na rua, o que lhe trazia muita aflição . O sentimento que tinha, era de ajudar as crianças. Esse sentimento cresceu a partir do momento que percebeu que seria possível criar um projeto que tinha em mente desde pequeno. Assim, ele reuniu-se com seus filhos e esposa e lhes pediu suas opiniões a respeito da sua ideia, e todos concordaram. Depois disso, encontrou-se com uma equipe de Pedagogo, uma Assistente Social, um Administrador, uma Psicóloga e um Engenheiro para elaborar a viabilidade do seu projeto. Tem início na cidade de Caxias do Sul/RS, a primeira sede do Programa Florescer no dia 18 de março do ano de 2002(PORTAL RANDON)

Segundo dados dos documentos do Programa Florescer (BRASIL, s/d) ele funciona em cinco cidades. A matriz fica localizada em Caxias do Sul/RS onde nasceu o programa. Existe uma filial em Ribeirão Preto/SP, uma em Curitiba/PR, uma em Bento Gonçalves/RS e uma filial localizada na cidade de Maringá/PR. Inaugurada no ano de 2009, o prédio especialmente construído para o Florescer Maringá, conta com uma sala de informática, duas salas de aula, uma sala multiuso, refeitório, administração e banheiros.

A área docente conta com profissionais de Pedagogia, Psicologia, canto e professores de inglês, informática, música, balé, Educação para vida e pintura. O programa oferece também apoio à escolarização e apoio psicológico em grupo (BRASIL, s/d).

Conforme o Manual Operacional do Florescer (BRASIL, s/d) são atendidas crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 6 e 17 anos, estudantes de escolas públicas, parceiras ao Programa Florescer, residentes, sobretudo, no Jardim Alvorada e Ebenezer, em situação de vulnerabilidade social, como local de moradia, que fiquem sozinhos em casa sem nenhuma assistência de adultos, ou abandonados pelos familiares, qualquer situação de risco que venha a prejudicar a saúde física emocional ou cognitiva do beneficiário, gastos excessivos como moradia, alimentação, medicação que comprometam e inviabilizem a manutenção

⁴ Presidente do Grupo G10 uma empresa de transportadora atuante em todo País ,idealizador e fundador do primeiro Programa Florescer na cidade de Caxias do Sul no ano de 2002.

da família, renda familiar insuficiente para prover com as necessidades básicas da casa (PROGRAMA FLORESCER, s/d).

A proposta pedagógica do Programa tem como objetivo possibilitar o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade. A partir desta premissa, a instituição oferta atividades esportivas, artísticas, culturais e de apoio pedagógico. A instituição preza pela criação de um ambiente de afeto onde exista vínculo entre educador-beneficiários⁵, coordenação-beneficiários, bem como entre beneficiário-beneficiário (BRASIL, s/d).

Assim, busca promover a alegria na aprendizagem mediando conhecimentos sobre a realidade social onde os beneficiários têm direito de expor suas ideias e opiniões, assim como descrito no ECA:

Art.58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura (BRASIL, 1990, art. 58).

Os educadores trabalham com rodas de conversa, dinâmicas, vídeos, textos e principalmente com as artes, a fim de provocar o prazer pelas atividades. Os problemas sociais assumem papel relevante como temas de trabalho ao longo do ano. Estes trabalhos são levados e apresentados aos pais em reuniões semestrais, as quais a autora desse trabalho, como mãe, participa. São apresentadas oficinas de teatro, música e dança, bem como exposições de arte como pintura e aproveitamento de materiais recicláveis.

A proposta tem como objetivo formar pessoas autônomas, críticas e éticas capazes de atuar como agentes transformadores da realidade, e que para mudar a realidade é preciso conhece-la, e este é um dos intuitos do programa.

Descrita no Manual Disciplinar (PROGRAMA FLORESCER, s/d) como uma Pedagogia pautada no amor pelo conhecimento e pelos seus produtores, as pessoas, o Programa Florescer tem também como objetivo que as crianças e adolescentes sintam-se felizes em estar participando, que elas queiram estar ali, que não seja uma atividade de obrigação. Assim, os profissionais do programa trabalham

⁵ É utilizado o termo 'beneficiários' levando em conta que as crianças que frequentam o Programa Florescer estão se beneficiando da qualidade do mesmo, ou seja, aspectos como solidariedade, afeto, socialização, por exemplo, são acrescidos na formação dessas crianças.

para que transpareça o melhor de si, dentro de suas capacidades, de forma conjunta e individual, com todos seus integrantes (PROGRAMA FLORESCER, s/d).

Os princípios que norteiam esta proposta encontram-se pautados na teoria das múltiplas inteligências de Gardner, que foi muito bem apresentada por Smole (1999, p. 08-09) quando afirma que o estudioso:

[...] baseou sua teoria em muitas ideias diferentes, mas a principal delas sustenta que as pessoas manifestam as mais distintas habilidades – para compor uma música, construir um computador ou uma ponte, produzir um quadro, além de muitas outras – mas não necessariamente o mesmo tipo de inteligência.

Sendo assim, cada indivíduo tem sua capacidade de pensar e fazer, única e diferenciada desenvolvida a seu tempo e a seu modo. O educador precisa ter a sensibilidade para perceber e atender a essas especificidades individualmente.

Desse modo, entendemos que a aquisição do conhecimento é uma capacidade intelectual humana possível a todos, mesmo que em diferentes níveis e áreas. Que precisam ver no aluno a possibilidade de resolver seus problemas e crescer cognitivamente.

O papel do educador é mediar o conhecimento visando à autonomia e formação do pensamento crítico. Deve atuar de forma acolhedora e ter ciência que é o exemplo para seu aluno atendido. A avaliação é processual e qualitativa e se atenta para mudanças em habilidades, atitudes e conhecimentos adquiridos, são realizadas nas atividades diárias e em momentos específicos como reuniões pedagógicas, o que auxilia na avaliação da sua própria prática (BRASIL, s/d).

Esse educador deve atuar com uma prática pautada na solidariedade. Esse aspecto fica bastante evidente nas palavras de Santos e Paula (2014, p. 41) quando enfatizam que

A epistemologia do campo educativo precisa pensar um corpo de conhecimentos transdisciplinares que opere sobre o social, potencializando uma educação para a cidadania pautada na solidariedade. Uma educação voltada para a vida, para a paz, para a efetiva inclusão social, demanda, portanto, uma pedagogia da complexidade que, pela sua dimensão, ético-político-estética, concretiza uma educação comprometida com o cuidado, com o bem viver coletivo e com a liberdade.

Assim, o Programa Florescer resguarda essas aptidões em seus colaboradores: respeito, solidariedade, compreensão, acolhimento. Por meio dessas características, o processo formativo se torna mais representativo para as pessoas que dele participam.

A solidariedade, vale ressaltar, também é pautada na LDBEN, de acordo com a Lei, a Educação, enquanto dever da família e do Estado, “[...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de **solidariedade humana**, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, art. 02, grifos nossos).

O Programa Florescer possui também avaliações que são feitas pelos pais e escolas, para saber se o rendimento escolar está melhorando com o auxílio do programa, a fim de mensurar o impacto social do programa. Todas as avaliações têm como objetivo a melhoria no atendimento e auxílio dos beneficiários, fundamentam-se na teoria das múltiplas inteligências. Uma Educação emancipadora, em busca de propostas de ensino que chamem a atenção do aluno ao qual prega o respeito entre o educando e o educador, sem se deixar dominar uma superfície de poder e egoísmo. Assim como propõe Freire (1996, p. 67):

O que sempre deliberadamente recusei, em nome do próprio respeito à liberdade foi sua distorção em licenciosidade. O que sempre procurei foi viver em plenitude a relação tensa, contraditória e não mecânica, entre autoridade e liberdade no sentido de assegurar respeito entre ambas, cuja ruptura causa hipertrofia de uma ou de outra. [...] o respeito é indispensável à liberdade como expressão de incorrigível espontaneísmo e os licenciosos descobrem autoritarismo em toda manifestação legítima da autoridade.

Para alcançar uma Pedagogia Emancipatória é necessário que se permaneça lutando e quebrando os tabus na relação de dominação e dominados, para que se obtenha um mundo mais cheio de diálogo e menos conturbado ao tratarmos de Educação.

No que se refere a contratação dos educadores são feitas avaliações das competências, habilidades e atitudes necessárias à profissão de educador social, como por exemplo, conhecimentos da área de Pedagogia, habilidade para lidar com pessoas e de apoiar seu desenvolvimento. Capacidade de tomar decisões a partir de avaliações, de fazer intervenções imediatas, dando uma resposta à necessidade de seus alunos atendidos, competência de planejar e executar suas ações, de

buscar conhecimento e estar em constante aprimoramento, de refletir sobre sua prática (PROGRAMA FLORESCER, s/d).

Vale ressaltar que o Programa, em Maringá, conta, ainda, com duas educadoras com carga horária de 40 horas semanais, e outros educadores com carga horária de 2 horas semanais. As escolas atuam em parceria com o Florescer e são feitas reuniões conjuntas onde são avaliados os beneficiários. Sem nenhuma resistência, ao contrário, as diretoras e coordenadoras, trabalham no sentido de encaminhar o maior número de crianças de sua escola para serem atendidas pelo programa.

Com essa apresentação, procuramos mostrar o que é o Programa Florescer e sua relação com a Educação Não Formal, Pedagogia Social e Educação Social. Ressaltamos que o Programa Florescer tem uma importância muito grande no atendimento às crianças em estado de vulnerabilidade, haja vista, ele contribui na formação humana e de valores das crianças atendidas. Assim como a Educação Não Formal, a Pedagogia Social e a Educação Social, o referido programa busca atender as especificidades da infância, com um tratamento voltado à solidariedade, ao afeto e às necessidades basilares.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi trazer uma breve apresentação da Educação Não Formal, da Pedagogia Social, Educação Social e o trabalho do Educador Social, e como estes meios de ensinar e educar também são instrutivos e formadores de cidadãos críticos e não somente a formalidade da instituição escolar.

Essas áreas podem oferecer caminhos para novas descobertas e inclusão em meio às tribulações enfrentadas por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O educador ensina e aprende a viver as situações adversas da vida e cria oportunidades a partir das dificuldades e mostra que cada um é capaz de superar seus obstáculos. Esse educador também demonstra que, quando se está disposto a fazer a diferença, mesmo com as dificuldades enfrentadas na profissão, é possível contribuir para a mudança de vida das pessoas.

É importante salientar o aspecto social que a Educação adquire, sobretudo quando falamos em Educação Social. Esse aspecto – que já é próprio do processo educativo – ganha uma denominação peculiar, sobretudo por envolver em seu

trabalho a diversidade. É preciso, lutar para que a Educação Social ganhe novos campos de atuação, no entanto, paralelo a isso, é preciso lutar para que o Estado dê conta de seu papel, de suas atribuições, buscando sempre atender a toda a comunidade desde suas necessidades mais básicas.

Conforme fora apresentado no decorrer desse trabalho, principalmente pautados em Gardner, há muitas maneiras de aprender, muitas inteligências diferenciadas, não haveria porque razão, apenas uma ou outra maneira de aprender. Desde que nós vejamos as diferenças, as dificuldades e consigamos fazer delas, não mais os obstáculos, mas sim o impulso para saltá-los.

Assim é a Educação ou ao menos deveria ser, o mestre e o aprendiz fazendo do seu objeto de estudo o aprendizado para vida toda, e não o depositas em um ou outro recipiente.

Educar com criticidade social e política dentro de uma sociedade cada dia mais desigual e caótica, torna-se cada dia mais difícil, o educador precisa sem dúvida direcionar o aluno em busca não apenas da interação, mas também fazer com que compreendam as suas necessidades, e façam delas degraus no crescimento do conhecimento e das ideias. Fazer uma educação para todos sem subjugar classe ou posição social, com respeito, dignidade, com suporte conceitual e prático faz com o educador social tenha uma posição na área da educação de suma importância, mesmo que não reconhecido de forma justa e merecida.

O educador social e a Pedagogia Social, apresentam ainda dificuldades no cotidiano, tanto no reconhecimento do trabalho como no desafio de lidar com situações de vulnerabilidade social das pessoas, muitas das quais estão em constante conflito diante das circunstâncias precárias de vida. Todavia, juntos, educadores e educandos encontram caminhos para, adequadamente, tornarem possíveis suas práticas de ensino e assim perpetuem o conhecimento crítico dentro da sua realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº. 9.394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Projeto Florescer. **Manual Operacional do Programa Florescer**, s/d.

BRASIL. Projeto Florescer. **Manual Disciplinar do Programa Florescer**, s/d

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação**, Unisal, Americana/SP, ano XXII, n. 23, pp. 341-368, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária**: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. 2012. Disponível em: < <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

GARCIA, Valéria Aroeira. **A Educação Não Formal como Acontecimento**. Tese [Doutorado]. 480 fls. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. **I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL**, n. 1, 2006, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. A Pedagogia Social na Educação: análise de perspectivas de formação e atuação dos educadores sociais no Brasil. **II Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2008, São Paulo (SP) [online]. 2009. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092008000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2016.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão e Educação Social: conceitos em superfície e fundo. **Educação Social**, Campinas/SP, vol. 27, n. 94, pp. 155-178, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n94/a09v27n94.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

SANTOS, Karine; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. A teoria de Paulo Freire como fundamento da Pedagogia Social. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 03, n. 01, pp. 33-44, 2014.

SMOLE, Kátia Cristina Stoco. **Múltiplas Inteligências na Prática Escolar**. Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação a Distância, 1999.

TIMÓTEO, Isabel; BERTÃO, Ana. Educação Social transformadora e transformativa: classificação de sentidos. **Sensos**, vol. 02, n. 01, pp. 11-26, 2012. Disponível em: <<http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6296/1/Sensos%203%20-%20Educacao%20Social.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

TRILLA, Jaume. A educação não formal. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008. p. 15-55.

Portal Randon<Sala de Imprensa<Instituto Elizabetha Randon.Disponível em: <http://empresasrandon.com.br/pt/news/v/instituto-elisabetha-randon/maringa-ganha-franquia-do-florescer>. Acesso em 05/12/12.